

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.456 - SP (2020/0273584-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : TIM S/A
ADVOGADOS : ARNOLDO DE FREITAS JUNIOR - SP161403
MELINA SOARES RODRIGUES - SP232671
CAIQUE ADALBERTO MARONE LOPES - SP431830
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LIVIA FORMOSO DELSIN E OUTRO(S) - SP286626

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por TIM S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO ANULATÓRIA PRETENSÃO DA AUTORA DE SER DECLARADA A ANULAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL SOB O FUNDAMENTO DE INSTALAÇÃO IRREGULAR DE ESTAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES AUTUAÇÃO COM BASE NA LEI MUNICIPAL N 137562004 ALEGAÇÃO DA AUTORA NO SENTIDO DE QUE A LEI MUNICIPAL N 137562004 USURPOU DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (ART 22 IV CF) DESACOLHIMENTO COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR E REGULAMENTAR ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO QUESTÃO PACIFICADA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA (N 0128923 9320138260000) FUNDAMENTAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO NO CASO EM TELA QUE SE CONSUBSTANCIOU EM LEGISLAÇÃO DECLARADA CONSTITUCIONAL LEGALIDADE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DO VALOR DA MULTA APLICADA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS ART 252 RITJSP PRECEDENTES VERBA HONORÁRIA MAJORAÇÃO NOS TERMOS DO ART 85 DO CPC15 RECURSO DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1.022 II, do CPC, no que concerne à regularidade da prestação jurisdicional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Todavia, data vista, os argumentos indicados não foram apreciados por ocasião do julgamento da apelação, nem dos embargos declaratórios posteriormente apresentados, caracterizando a permanência de omissão a macular o julgado, em patente violação ao artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil, tendo em vista que, mesmo oportunizada a integração do julgado, optou o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo por simplesmente ignorá-los (fls. 468).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 2º da Lei n. 9.472/97; 1º da Lei n. 8.919/94; e 4º, II, e 8º da Lei n. 13.116/15, no que concerne à regularidade da instalação das torres de telefonia, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No que importa ao presente recurso, não se nega necessidade da instalação das estações rádio base se sujeitarem às disposições urbanísticas municipais. No entanto, inexistente dúvida também quanto ao fato de que ditas normas municipais deverão atender a parâmetros de razoabilidade e jamais poderão ser fonte de impedimento à aplicação de normas regulamentares editadas nas órbitas federal, assim como menos ainda poderão se constituir em obstáculo intransponível à produção de efeitos de atos regularmente expedidos naquelas mesmas esferas de Poder (fls. 472).

Em suma, não poderá qualquer Município, a título de fixar dito regramento, erigir óbices que dificultam ou impeçam a prestação de serviços de telecomunicações, ou ainda, que repercutam, de qualquer maneira, na disciplina de matérias outras que não são de sua competência e, sobretudo, já realizadas nas esferas estadual ou federal (fls. 473).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.466.877/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no REsp n. 1.829.871/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 20/2/2020; REsp n. 1.838.279/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 28/10/2019; e REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.

Quanto à segunda controvérsia, é incabível o recurso especial, uma vez que a tese recursal apresenta conflito entre lei federal e lei local, o que evidencia o caráter eminentemente constitucional da demanda.

Nesse sentido, já se decidiu que, “nos termos do art. 102, II, 'd', da Constituição Federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, a decisão que assentar válida lei local contestada em face de lei federal” (REsp n. 1.790.976/RJ, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 8/4/2019).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.767.744/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 3/4/2019; AgInt no AREsp n. 758.191/RS, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 4/10/2017; AgRg no REsp n. 1.418.878/SC, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 24/8/2016; e AgRg no REsp n. 1.594.909/SC, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 5/12/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente